

SOCIOLOGIA, PERONISMO E ESQUERDA NA ARGENTINA¹

Carlos R. ETULAIN²

Este trabalho busca discutir o papel do peronismo como condição política e ideológica que se impõe sobre a esquerda argentina a partir dos anos 40, quando se conforma o movimento social associado a Perón. A partir do surgimento do peronismo no cenário político argentino, todos os partidos e grupos de esquerda tiveram que se defrontar com uma presença incômoda dado que esse novo movimento social incorpora os setores trabalhadores e populares com um discurso tão atrativo quanto eficaz no sentido de mobilizar a construção de uma nova identidade popular.

A esquerda existia, na Argentina, desde muito antes da aparição do peronismo, porém, a esquerda se confrontara apenas com uma tradição política conservadora e liberal que sempre rejeitou os setores populares. Assim, com o surgimento do peronismo, o cenário ideológico argentino começou a impor sobre a esquerda um opositor efetivo e ameaçador: Perón e seu movimento. Isso obrigou a esquerda a disputar com o movimento popular peronista – o mais duradouro da história argentina, – o mesmo setor social que a buscava representar e defender.

A seguir, trataremos da ideologia peronista tomando como ponto de partida as principais elaborações sociológicas sobre o assunto. Apresentamos as obras mais importantes que ajudam a explicar o peronismo destacando os posicionamentos dos autores da esquerda argentina sobre o assunto.

Este artigo não esgota as obras nem os posicionamentos sobre a ideologia peronista e de esquerda, apenas busca apresentar os principais elementos que devem ser considerados para uma análise do papel da esquerda no funcionamento ideológico e político argentino, uma vez que, produzido o fenômeno

¹ Este trabalho corresponde a uma parte da tese de doutorado *A Esquerda e o Peronismo*, UNICAMP, 2001.

² Departamento de Economia - USF - 12916-900 - Bragança Paulista - SP.

Carlos R. Etulain

peronista, este se colocou como uma condição inevitável para os planos e projetos dos movimentos sociais que visam a mudança da sociedade.

Aspectos da ideologia peronista

O peronismo emergiu, politicamente, agrupando trabalhadores e sindicatos, na esfera de uma política trabalhista desenhada por Perón. Aos poucos, e diante da força crescente que começa a ter Perón, diferentes setores da sociedade argentina vão aderindo. A esquerda, entretanto, perdeu tempo. Primeiro, rejeitou qualquer aliança com os setores médios da burguesia nacional e com os trabalhadores das regiões mais atrasadas; depois, assumiu a postura de formar frentes de maior abrangência social; entretanto, a esquerda tradicional sempre se manteve subordinada ao conflito internacional da época.

Militares afetos a Perón, padres da igreja católica, setores nacionalistas, empresários, todos coesos, passaram a reforçar o peronismo. O movimento ganha um partido político, criado a partir do arcabouço de um partido popular preexistente. Desdobra-se, ainda, nas “ramas” *feminina* e *juvenil*. Mais do que isso: o peronismo é internalizado por vários setores sociais, em especial pelos mais pobres, como um sentimento de identidade que as pessoas começam a vivenciar. Diz James:

Para los que aspiraban ocupar posiciones de poder en la burocracia y la máquina política el peronismo era un conjunto de políticas formales, para los empleadores la garantía del control de las masas y la expansión del mercado interno, para algunos sectores de la clase media el peronismo representaba mayores oportunidades de empleo. Para la masa obrera, la política social era importante, pero no agotaba el significado del peronismo, era la visión de una sociedad más digna, era una cultura de oposición a las normas tradicionales de la elite. (JAMES, 1990, p. 56)

Devido à multiplicidade de setores sociais e instituições que conformam o peronismo desde o seu surgimento, os problemas de análise se apresentam a partir daquilo que se considera no termo “peronismo”. Na verdade, o peronismo resiste a qualquer definição precisa. Na literatura a esse respeito, podem ser encontradas diversas formas de concebê-lo e de interpretar sua origem, suas lutas internas e as posições de Perón.

As definições sociológicas, por exemplo, se voltam para as possíveis formas de alianças de classe que sustentaram o peronismo, embora a composição de classes nele se altere tanto quanto sua própria ideologia ao longo das décadas

de 40, 50, 60 e 70. Por isso, boa parte dos estudos surge de alguma forma de seleção de seus múltiplos aspectos componentes. Entretanto, na maioria das vezes, tais análises reduzem elementos cruciais à compreensão do peronismo como movimento social.

Dois estudos, de singular relevância para a análise de peronismo e da esquerda, observam essa multiplicidade do fenômeno, apontando para a necessidade de conceber o peronismo como um movimento político e social. Richard Gillespie (1982) e Daniel James (1988) estudaram, de modo independente, o peronismo e seus alcances sociais e ideológicos, sobretudo interpretando os períodos mais recentes da história argentina, nos quais peronismo e esquerda se confundem. Ambos autores convergem quanto a necessidade de se observar o peronismo como movimento social, apontando para o risco de se reduzir o mesmo a algum de seus aspectos componentes. “*En otras palabras*”, diz Gillespie:

*el peronismo se desarrolló como movimiento tanto social como político, y fue eso lo que le dio su gran vitalidad, dinamismo y espontaneidad, aunque también su debilidad orgánica.*³

A literatura sobre Perón e peronismo já completou meio século. Os enfoques são diversos, pois diversa é a composição social do peronismo, e variável a posição de Perón diante de diferentes situações sociohistóricas. Mesmo estudos preocupados em encontrar uma categoria conceptual que possibilite uma análise mais aprofundada da natureza do peronismo defrontam-se com a complicação que representa qualquer tentativa de definição mais operacional do mesmo.

O problema conceitual resulta do fato do peronismo se sustentar não apenas numa base popular, mas também num conjunto de setores da burguesia, que se alteram em cada aliança, produto de diferentes conjunturas políticas. O discurso político peronista, recurso para integrar diferentes setores da sociedade argentina, sofre também as modificações que o acomodam em cada situação

³ Richard Gillespie, autor de *Soldados de Perón*, 1979, é cientista político. A obra em questão é resultado de sua tese de doutoramento *The Peronist Left*, defendida na Universidade de Liverpool, em 1979, e de seus trabalhos de atualização que incluem os anos da ditadura militar na Argentina. O livro teve sua primeira edição em 1982, em inglês. Em 1987 foi traduzido e publicado na Argentina. Daniel James também é inglês. Sua obra, *Resistencia e integración*, foi publicada em 1988, em inglês e, em 1990, em espanhol.

política e social, fazendo com que, finalmente, seu espectro ideológico se alargue. Como explica Gillespie:

Muchos comentaristas han permitido que el problema de cómo debía caracterizarse el peronismo fuera dominado exclusivamente por las controversias sobre su identidad social y política, quitando así toda importancia a la condición de movimiento del peronismo. Al resaltar este último rasgo, se destaca no sólo el hecho de que el peronismo está compuesto de fuerzas sociales y clases verticalmente integradas, en contraste con la base horizontal de clases de muchos partidos, sino también la particularidad de que la condición de miembro del partido era más un asunto de identificación que de afiliación. (1987, p. 43)

No mesmo sentido, James afirma que se deve falar do movimento peronista, evitando concebê-lo como sendo monolítico, para que, assim, não se pulverizem importantes aspectos da compreensão do mesmo, associados à participação dos diversos setores da sociedade argentina. Sobretudo, James alerta para que não perca de vista a esfera emocional da relação entre Perón e os setores populares, uma vez que qualquer restrição nesse sentido pode obscurecer a análise (JAMES, 1990).

Aqui, consideramos que o estudo do peronismo e da esquerda, na história social e política, não deve levar a uma redução da complexidade da Argentina, à maneira de um conjunto completo e coerente, ou mesmo unívoco, de elementos que explicam essa realidade. Pelo contrário, damos destaque aos aspectos emocionais, que estão na raiz da relação do peronismo com as bases populares, não por considerá-los o ápice do irracionalismo da política argentina, mas por entendermos que os elementos emocionais, assim como outros traços do pensamento social na Argentina, permitem compor o perfil da cultura popular argentina.

O movimento peronista é maior que o partido peronista, que o sindicalismo peronista, e maior ainda que Perón. Abrange, na verdade, todos eles. A natureza dessa dimensão de movimento social do peronismo emerge no plano empírico quando, por exemplo, se observa a diferença entre o âmbito restrito ao partido (os dirigentes e os militantes oficialmente cadastrados) e aquele dos simpatizantes, que é muito maior, porque estes vêm de todos os setores sociais, analogamente ao que acontece quando se compara o partido peronista e o povo peronista.

Todavia, a variabilidade do discurso político peronista, que contribui para aumentar a complexidade do fenômeno, cria um obstáculo à análise de sua

ideologia, devido à frequência de suas alterações. Por exemplo, relativamente à infundável polêmica sobre “direita” e “esquerda” dentro do peronismo, aos sentidos controvvertidos dos discursos de Perón e ainda às adesões de opositores de grupos diferentes, tudo leva a pensar que não é no plano ideológico que o peronismo sustenta sua continuidade.

A sobrevivência do movimento, entretanto, testada durante boa parte de sua história, está associada justamente a essa capacidade de metamorfose do discurso peronista e de sua ideologia. O movimento peronista precisou mobilizar, por símbolos, frases, metáforas e ações, sentidos que pudessem assegurar a continuidade do movimento. Postulamos quanto a isto que a unidade Perón-povo é seu maior capital político-social.

John B. Thompson (1995) considera que o conceito de *ideologia* pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido e os significados que se produzem no imaginário social servem para estabelecer relações de poder. A análise exige a investigação dos contextos sociais, dentro dos quais as expressões, formas simbólicas, gestos, etc., são empregados e articulados. O que Thompson chama “construção criativa” do sentido depende, então, do contexto social específico em que a ideologia surge.

No caso do peronismo, em termos ideológicos, a “capacidade criativa” para gerar, em situações diferentes, sentidos e significados que fazem parte do pensamento dos setores populares é extraordinária. Diante de cada conjuntura política, o peronismo teve um campo de significados possíveis que contribuíram com a sua sobrevivência.

O fato do discurso político e da ideologia peronista serem produto de circunstâncias históricas particulares e, sobretudo, de se alterarem segundo o movimento destas últimas, constitui – mais do que um dos problemas centrais dos estudos sobre o peronismo – a característica principal da sua natureza. A essência da continuidade do peronismo está na sua mutabilidade político-ideológica.

Esse é um aspecto sem precedentes na história política argentina. A crítica política que até os anos 40 dominava naquele país, quando do surgimento do peronismo, se restringia àquela que faziam os socialistas e comunistas: era mais contínua e coerente em seu quadro teórico, se comparada à trajetória discursiva do peronismo. Entretanto, consistia numa visão do capitalismo segundo a situação européia (certamente, uma visão simplificadora da própria realidade européia), condenada ainda pelo recurso de uma linguagem intelectualizante. Por assim dizer, numa impossibilidade técnica, quando se toma, por exemplo, o setor social dos trabalhadores do interior do país, acostu-

mados a um universo pautado por referências éticas, culturais e históricas bem diferentes das dos imigrantes europeus.

O caso de um líder político como Hipólito Yrigoyen, da UCR, nas primeiras décadas do século XX, que mobilizou os setores médios e, em parte, os populares, foi um antecedente importante da oposição política argentina, mas, aí, oposição e crítica se centraram na defesa dos proprietários das explorações rurais, de pequeno e médio porte, e, por isso, sua abrangência foi mais restrita. Destaque-se, ainda, que a oposição de socialistas e comunistas à UCR foi extrema, devido a seu desprezo pelo papel das burguesias nacionais nos países latino-americanos.

O peronismo surgiu de forma inovadora: criticou a ordem vigente, evitando qualquer adesão ao marxismo e à esquerda política. Assim, a saída possível para quem, nos anos 40, resistisse a se declarar a favor de capitalismo ou socialismo, foi a que se sustentava na difícil tentativa de promover a autonomia nacional.

Contudo, os conteúdos ideológicos e as operações discursivas de Perón não se esgotam nesse movimento. James (1990) mostra como o peronismo atua, na verdade, em duas esferas ideológicas, uma oficial e outra herética que, às vezes, chegam ao paradoxo.

No governo, o peronismo foi desenvolvimentista, nacionalista, trabalhista e antiliberal. Peron culpava o liberalismo de desintegrar a classe social com sua visão de indivíduo. De fato, no governo preocupou-se claramente com os setores populares, embora o tenha feito buscando harmonizar capital e trabalho. Nesse jogo, Perón transformou-se em referência absoluta, resultando em sua ascendência sobre as massas. Aumentou salários e benefícios sociais como nunca havia sido tentado na Argentina, porém, se e quando necessário, mandava seu recado às massas: “*de casa al trabajo y del trabajo a casa*”.

E foi bem mais longe! Fora do governo, inibido dos direitos políticos e exilado, dedica-se a reviver e a animar as forças e os sentimentos que outrora inculcara nas massas. Ao contrário de seu discurso oficial, harmonizante e nada revolucionário, na arena da crítica, e fora do poder, desenvolveu a capacidade de arrancar os sentimentos mais ferozes das bases populares, contra as alianças estabelecidas. Há uma linha direta de conexão entre Perón e as massas, que foi construída mediante um discurso que deu, pela primeira vez, nome às latências e aos sentimentos das pessoas excluídas, conseguindo, com isso, manifestar-se como sentimento dos trabalhadores e dos pobres. Discurso que foi estrategicamente insuflado por Perón nas décadas de 60 e 70. Nesse plano, Perón e o povo se fundiram numa relação única.

As palavras de Perón, numa das suas cartas no exílio, ilustram a dimensão herética da ideologia peronista:

Em primer término, de acuerdo con el precedente sentado por la dictadura, se entregará al Pueblo todos los bienes de los oligarcas y gorilas que han participado, creando igualmente una entidad de restitución patrimonial que se encargará de someter a todos a una confiscación total. Dentro de ello los que tomen una casa de oligarca y detengan o ejecuten a sus dueños, se quedarán con ella. (Perón, Caracas, 22 de junho de 1957)

Para James (1990), a natureza do discurso peronista é dupla. De um lado, o peronismo anuncia sua postura nacional-desenvolvimentista; de outro, seu contradiscurso, crítico e ancorado nas necessidades dos setores populares. Assim, a ideologia peronista se desenvolve em dois planos paralelos, um deles, formal ou oficial, o outro, popular ou contradiscurso. O discurso formal articula o equilíbrio de classes, o popular, propicia o confronto.

Embora, à primeira vista, paradoxal, a assimetria ideológica do peronismo atua dando continuidade ao movimento social, ao invés de esvaziá-lo, de esgotá-lo no arriscado jogo da incerteza ideológica, característica que potencializou o poder comunicativo com as massas.

Isso talvez se explique pelo fato das categorias e conceitos que fazem parte das representações coletivas terem, em boa medida, natureza emocional. É verdade, porém, que as categorias do discurso peronista – que variam do nacionalismo ao marxismo nacional, do capitalismo ao socialismo, da democracia à luta armada – não são completamente ocas ou carentes de referências à realidade político-social da qual emergem. Contudo, o que realmente impera no domínio da relação Perón-povo é o efeito emocional que qualquer categoria poderia veicular, sempre que apropriadamente contextualizada.

A dupla constituição ideológica entre discurso formal e contradiscurso do peronismo, explicada por James, é uma contribuição importante quanto a isso, na medida em que ajuda a compreender porque o peronismo se movimenta com tanta descontinuidade ou ruptura ideológica. Nos anos 40 é “trabalhista”; nos 50, “moderado”; nos 60, “radical”, e nos 70, um conjunto de posições e de crenças tragicamente desencontradas.

A continuidade histórica do peronismo não repousa, portanto, na unidade de sua ideologia e, sim, num sustento, em boa dose emocional, característico da relação Perón-povo, que aqui apontamos, mas também combinada com a idéia de inclusão social e política dos setores populares. Dessa maneira, a iden-

tidade do peronismo não pode ser atrelada à especificidade de sua ideologia, com risco de se fixar numa série de conteúdos e expressões datadas, que logo depois se alteram com o curso dos fatos. Não se deve, por outro lado, desprezar o modo como o contexto de forças da sociedade argentina altera o discurso peronista. Essa é, na verdade, a matriz significativa de todos os discursos do peronismo.

De acordo com o embate das forças sociais na Argentina, cria-se um campo de significação possível para os enunciados e as palavras de Perón e para as interpretações que aliados e inimigos fazem dela. São produzidos, assim, diferentes efeitos sobre o próprio movimento social, de acordo com os diferentes contextos políticos em que são lançados os discursos de Perón. Mais ainda: é produzida uma verdadeira “fábrica de sentidos”, a partir de cada grupo peronista, o que, por vezes, leva ao colapso.

Não havendo, portanto, continuidade temporal de quaisquer das vertentes do pensamento peronista, cabe, nesse sentido, esperar tanto peronistas de esquerda quanto de direita, reformistas e revolucionários, sempre, e em todos os casos, sob o rótulo de peronistas. A articulação do poder político no peronismo ora se concentra no partido ou nos sindicatos, ora em ambos, mas, segundo o momento da história política argentina, o peronismo tem que sobreviver através dos grupos de resistência, na ilegalidade, excluído do estado, próximo do povo. O contexto sócio-político é o que, no caso do peronismo, funciona como mecanismo de suporte para essa “construção criativa” de sentidos e significados daquilo que diz Perón.

Há momentos em que o peronismo tem condições de implementar uma política social e acalmar os ânimos da base popular, mas há outros em que está interdito, e tendo que investir em sua crítica opositora ao governo, e seus meios não são outros senão as organizações ilegais e seu discurso de oposição. Nessa altura, é que se produz, por volta dos anos 60 e 70, a aproximação discursiva e ideológica entre peronismo e esquerda.

As origens do peronismo: interpretações

A literatura sobre Perón e o peronismo tem mais de cinquenta anos. Os enfoques são diversos, pois diversa é a composição social do peronismo e variável a posição de Perón frente às diferentes situações sociohistóricas. Em balanço não-exaustivo da literatura peronista, identificamos mais de sessenta obras publicadas, tendo esse tema como objeto específico: mais de quatorze obras têm Perón como autor; há pelo menos cinco biografias de Perón; e mais

de cem artigos em revistas e/ou jornais têm o peronismo como tema central ou como assunto vinculado a questões ideológicas e/ou políticas, sendo que pelo menos dez jornais correspondem à fase da Resistência Peronista.⁴

Parte dessa literatura é do tipo jornalístico e/ou panfletário, com crônicas de eventos históricos e assuntos polêmicos, de interesse entre leitores argentinos. Outra parte, do tipo acadêmico, conta com obras analíticas e históricas, que também funcionam como obras de difusão, de leitura corrente entre os leitores argentinos.

A literatura acadêmica sobre o peronismo se concentra em elucidar sua origem – na verdade, suas várias origens – para, a partir dela, compreender os alcances e limites desse fenômeno social. O ponto de partida obrigatório é a configuração histórica de forças sociais dos anos 30 e 40, por ocasião do surgimento do peronismo. Em tal configuração, os estudos se voltam para várias questões: inserção econômica de cada grupo social, capacidade das diferentes classes e/ou grupos de interferir na política econômica, forma de expressão política, partidos, sindicatos; são todos aspectos envolvidos na explicação do peronismo. A obra de Murmis & Portantiero, *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, publicada pela primeira vez em 1971, converteu-se no ponto de partida obrigatório para toda a análise sociológica do tema.

O problema mais geral consiste em identificar o embate de forças sociais nos anos do surgimento do peronismo. Murmis & Portantiero apresentam uma série de interpretações do peronismo, surgidas até o final da década de 60, compondo um leque delimitado por dois modelos fundadores. Um deles (*tese clássica*) destaca a oposição interna da classe dominante argentina: oligarquia e burguesia industrial, confrontadas em torno de um assunto substantivo para a época – a industrialização.

O outro modelo, ao contrário, destaca a unidade da classe dominante na Argentina, que, mesmo com diferenças de interesses internos – basicamente acerca da produção agrícola para exportação e desenvolvimento de uma indústria nacional –, consegue impor suas políticas tradicionais, se necessário recorrendo ao confronto com a classe trabalhadora e os setores populares.

O peronismo, na *tese clássica*, resulta desse confronto entre setores da classe dominante em torno do projeto de industrialização. A oligarquia, principal grupo social e econômico do país, defende a relação comercial com a Inglaterra,

terra, compradora tradicional dos cereais e carnes argentinos e vendedora obrigatória dos produtos manufaturados.

O capital inglês estava implantado tanto na atividade agropecuária quanto no comércio, no sistema financeiro, nos frigoríficos e no transporte ferroviário. Em semelhante situação, desenvolver a indústria exigia decisões de investimentos que não faziam parte do horizonte dos donos das terras em que se criava o gado, protegido pela demanda cativa da Inglaterra.

A elite industrial, a seu lado, cria, nesse contexto, certa identidade com os setores médios da burguesia, também interessados no desenvolvimento da indústria e, assim, incorpora a própria classe trabalhadora. A indústria nasce como projeto defendido por todos os que sofriam as consequências do predomínio, na política nacional, dos interesses oligárquicos. O peronismo, nessa versão, é a concretização de um projeto nacional que congregou todos os opositores da tradição oligárquica.

A esquerda nacional também pensa assim Jorge Abelardo Ramos (1961), um dos representantes da esquerda voltada para as questões nacionais, adota essa tese para explicar a passagem da Argentina agrícola para a industrial, insistindo ainda no fato de que, na verdade, a elite industrial não tinha para a Argentina um projeto acabado de industrialização, por isso outros setores mais decididos se mobilizaram em prol da indústria, principalmente o Exército, que manejava um importante complexo químico e de armamentos.

A esquerda nacional sempre colocou o interesse nacional acima dos interesses que diziam respeito à luta de classes. Assim, durante o governo de Yrigoyen, apoiou a nacionalização do petróleo mais fortemente do que se opôs à dura repressão das greves, na chamada Semana Trágica de 1919 (ROCK, 1971).

O peronismo, na visão de J.A. Ramos, surgiu ante a ruptura entre oligarquia e burguesia industrial, como uma força alternativa, aglutinadora de interesses comuns, mas que, sobretudo, assumia o compromisso inacabado da burguesia industrial: a consolidação da nação. Para a esquerda nacional, Perón havia beneficiado materialmente a classe trabalhadora. As práticas eleitorais, embora com traços corporativistas, tinham persistido durante o governo peronista. Havia no peronismo um compromisso pragmático com o desenvolvimento nacional, fundamental para a identidade com a esquerda nacional.

A revolução socialista, na verdade, devia ser precedida pela revolução nacional, que a burguesia industrial, sem projeto orgânico, não tinha conseguido concluir. O peronismo se transforma, conforme J.A. Ramos, no veículo que

⁴ A *Resistencia Peronista* se inicia pouco depois do golpe que derrubou Perón durante seu segundo mandato como presidente, em 1955; foi organizada pelos políticos e militantes peronistas que se agruparam em Comandos, no país e fora, para promover uma verdadeira luta de “resistências” contra os golpistas com vistas a recuperar o poder.

poderia conduzir à via socialista. Afirma ele: “*Tal es el caso de la Argentina, donde la oligarquía terrateniente y la burguesía comercial han perdido el control exclusivo del poder sin que la burguesía industrial haya podido a su vez obtenerlo por entero*” (RAMOS, 1990, p. 176). A opinião é compartilhada também por Rodolfo Puiggrós, que passa do comunismo ao peronismo (1958).

Ainda na linha que privilegia o confronto interno da classe dominante argentina, estão os estudos que identificam coincidências entre oligarquia e burguesia industrial, embora mostrem que os acordos foram conjunturais, como foi o da identidade de interesses dos setores mais poderosos e conservadores da sociedade argentina que, no entanto, permitiram a instalação das indústrias nas décadas de 30 e 40. Essa visão reúne análises de cunho econômico (DI TELLA & ZYLMELMAN, [1967?]; FERRER, 1963).

Nos anos 60, havia tomado força a análise das chamadas “etapas da industrialização”. Os autores que trabalhavam na linha econômico-desenvolvimentista não escaparam de sua influência. Rostow, professor de história do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), tinha elaborado suas idéias sobre a trajetória das economias, indicando “etapas” pelas quais os países deveriam passar, no processo de crescimento econômico. Segundo o autor, eram necessárias algumas “pré-condições”, como um volume substantivo de investimentos, para viabilizar o chamado “arranque” para uma economia madura. No caso argentino, o próprio Rostow considera que, já na segunda década do século XX, o volume de investimentos estrangeiros tinha propiciado uma situação adequada ao crescimento (ROSTOW, 1961, p. 18).

Os trabalhos de Di Tella & Zymelman e de Aldo Ferrer analisam o crescimento que a indústria tinha experimentado na década de 30, mostrando que o mesmo superava os índices das décadas anteriores. Questiona-se, assim, a oposição ao desenvolvimento industrial, vinda da oligarquia. Comentam Murmis & Portantiero:

La consideración de estos hechos que a primera vista relacionan una élite conservadora, vinculada con intereses ganaderos, con el progreso de la industrialización operado en esa década en la sociedad argentina, abre un interrogante acerca de si el crecimiento industrial fue conscientemente impulsado por la élite conservadora o si se desarrolló a pesar de ella, como consecuencia no deseada de medidas que buscaban outro fin. (1987, p. 10)

Vários estudos tomam posição quanto ao problema. Na linha da *tese clássica* se postula também que o conflito interno da classe dominante argenti-

na não obstaculizou objetivamente a indústria; na verdade, a oligarquia teria aceitado um tipo de industrialização restrito e dependente. Para uma parte da burguesia industrial isso foi bom. As atividades transformadoras de matérias-primas, diretamente vinculadas ao circuito agroexportador, deram aos seus proprietários (elite da indústria) um poder econômico-financeiro que os colocou no mesmo patamar da oligarquia. Por efeito dessa unidade relativa dos principais setores da classe dominante, os setores médios da pequena empresa nacional e das unidades agrícolas de pequeno porte, mais próximos dos setores populares, passam a defender uma industrialização mais ampla e autônoma, com implantação da indústria de base e expansão do mercado interno (FUCHS, 1965). Nesse jogo de alianças, os setores industriais médios se unem aos proprietários rurais, também de pequeno porte, e todos eles, por sua vez, buscam a aliança transitória com a classe operária para viabilizar o projeto industrialista.

Na luta por uma saída para a Argentina, tradicionalmente agroexportadora e politicamente conservadora dos anos 30, as posições de cada setor foram, na verdade, nuançadas pelas possibilidades da hora. Cada setor da classe dominante pôs em ação, nesse processo de confrontos setoriais, sua capacidade de interferir no plano político.

A oligarquia o fez através da sua corporação, a *Sociedad Rural Argentina* (SRA), berço dos políticos conservadores; dos pequenos e médios proprietários rurais, através da *Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa* (CARBAP), e também de todas as sociedades rurais do interior do país. Estas últimas não tinham poder político e econômico suficiente para influir na seleta SRA, de Buenos Aires, formada pelos *estancieros* mais poderosos e melhor vinculados à lógica agroexportadora.

Nos setores da indústria, a clivagem se produz entre o setor monopólico da indústria, formado, de um lado, pelo capital industrial nacional (Bemberg, Tornquist, Bunge & Born, Braun Menéndez) e pelo estrangeiro (os norte-americanos, General Motors, General Electric, Goffre Garbone & Cia., Moore & Mc Cormack), representados pela *Unión Industrial Argentina* (UIA), e, do outro, pelos setores médios da burguesia nacional e, sobretudo, dentro das Forças Armadas, que não têm ainda o poder econômico das grandes indústrias, mas representam uma força potencial importante para o desenvolvimento industrial (armamentos, aeronáutica, química e petroquímica).

Nas análises decorrentes da *tese clássica*, o peronismo é explicado a partir da ruptura entre setores aparentemente irreconciliáveis da mesma classe dominante (rural e industrial), porém, estudos sobre a industrialização argentina permitem dimensionar o grau dessa ruptura. Se o poder tradicional dos con-

servadores se manteve (como de fato aconteceu durante a década de 30), não obstante à turbulência desencadeada pela crise econômica internacional e diante das expectativas de reacomodação do comércio mundial, em boa medida isso se deu porque também a elite oligárquica soube ceder diante dos interesses da burguesia industrial, como forma de dar continuidade e sustentação política mais tradicional.

De fato, nesses anos houve notável desempenho da indústria. Absorvia-se, com as atividades produtivas, o contingente de trabalhadores e as atividades urbanas se multiplicavam; porém, a indústria implantada na época foi, na verdade, a indústria leve e não a de base.

Os estudos de Diaz Alejandro apontam para a falta de interesse industrial dos empresários rurais, arrolando-se na linha da tese da oposição interna da classe dominante, se pensamos que a oligarquia não teria visto com bons olhos investir na indústria e, daí, o conflito entre interesses da burguesia industrial e agropecuária (1970).

Outros autores, entretanto, apóiam a idéia de, nesses anos, a indústria ter crescido de forma gradativa, sem uma elite rural inteiramente refratária a ela. Dorfman (1983) considera os anos 30 como sendo “de formação industrial”, assentamento da indústria leve, metalúrgica e química dedicadas ao abastecimento do consumo final e montagens. É só na década de 50 que as indústrias de maior dinamismo (siderúrgica, autopeças, química e petroquímica) passam de um terço para 40 % do total, mantendo-se, contudo, a liderança da indústria “vegetativa” ou de substituição de importações simples.

José Luís Romero (1965) considera que as políticas livre-cambistas do final do século passado foram as que prejudicaram o desempenho industrial, porém, neste século, uma vez assegurada pela elite conservadora sua cota de exportações, o objetivo industrial se consuma sem tanta oposição.

Estudos recentes confrontam a idéia da oposição entre oligarquia e burguesia industrial, contudo, com uma novidade: indicam que a indústria, longe de representar um antagonismo essencial aos interesses oligárquicos, configurou uma forma de extensão de seus negócios, das explorações rurais para a indústria, sempre dentro de uma mesma classe.

Azpiazu et al, em estudo dos anos 80, confirma esse traço de unidade da classe dominante argentina diante da industrialização, identificando os chamados complexos agrícola-industriais criados nos anos 30, como forma de extensão da atividade rural para a industrial, ainda sob a égide dos proprietários rurais: “*Los grupos económicos diversificados originados en la industrialización de la renta agropecuaria sostenían la necesidad de introducir*

cambios sustanciales, dadas las transformaciones verificadas en el plano internacional” (1986, p. 29).

Vários trabalhos se voltam para a *Unión Industrial Argentina*, seu órgão representante, notando a falta de propostas e/ou projetos (MURMIS & PORTANTIERO, 1987; PEÑA, 1964; O’DONNELL, 1977; RAMOS, 1990). Mais do que projetos de industrialização houve, nesses anos, tentativas espontâneas ou conjunturais, sendo que o Exército foi um dos principais setores a se manifestar em favor da indústria nacional. Assim, o fato da burguesia nacional não ter um projeto claro e definido sobre suas estratégias econômicas minimiza a idéia de que era realmente uma opositora da oligarquia.

Os setores sociais vinculados à indústria, longe de conquistar posições políticas em defesa da renovação da estrutura econômica argentina, de vocação agrícola, teriam subordinado seus interesses aos da elite rural. A classe trabalhadora, por sua vez, agora subordinada a Perón, facilitou o avanço do capitalismo argentino; as indústrias mais dinâmicas começaram a se estender, protegendo-se o mercado interno, sempre dentro dos cânones capitalistas, sem revolução burguesa e, sobretudo, sem revolução proletária.

A concepção de uma classe dominante argentina, mais integrada que separada por brigas setoriais, desloca o confronto da sociedade argentina – ao contrário da *tese clássica* – para classe dominante e trabalhadora. É o caso dos estudos inscritos dentro do segundo modelo analisado por Murmis & Portantiero. Não que a unidade da classe dominante carecesse de conflitos internos ou diferenciações, mas sempre, mesmo com atritos, seus mecanismos de sobrevivência lhe permitiram preservar as formas tradicionais de dominação. Afinal, a crise de 30, que pôs em cheque a elite argentina, foi contornada, no terreno político, pelo desgaste e pela corrupção, e, no econômico, por um complexo processo de extensão de investimentos agrícolas para a indústria que favoreceu enormemente a posição da elite no restante do século XX (PEÑA, 1974).

Quando do surgimento do peronismo e da manifestação de força da classe trabalhadora diante do medo que nos anos 30 e 40 causava o comunismo, Perón veio propor a possibilidade de um equilíbrio entre capital e trabalho, ancorado em sua indiscutível influência popular. Embora, quanto a isso, a própria elite tenha demorado a compreender Perón e a perceber o caminho que ele apontava.

Murmis & Portantiero, em crítica à *tese clássica*, assinalam o trânsito fluido entre as corporações dos setores rural e industrial, a *Sociedade Rural Argentina* e a *Unión Industrial Argentina*. Houve bom diálogo entre elas. Os industriais e, em geral, os empresários argentinos que se enriqueciam com a

lógica agroexportadora, rapidamente apreenderam os comportamentos estranhos da aristocracia argentina.

Milcíades Peña é um autor militante da esquerda. Seu pensamento se inscreve na linha que, diferentemente de Ramos, desafia a tese da ruptura interna da classe dominante e, assinala elementos que mostram sua unidade mais forte que qualquer separação interna. Peña esclarece, porém, que unidade não deve ser entendida como identidade plena (PEÑA, 1974). Ambos os setores da classe dominante não compõem uma entidade sem fissuras e confrontos; exemplo disso é o discutido “*Plan Pinedo*”, projeto econômico levado ao Congresso Nacional em 1940, que tinha como finalidade “industrializar para a exportação”, de forma a superar os apertos que a Crise de 1929 ocasionara na economia e equacionar a nova e crescente influência do capital norte-americano na Argentina.⁵

Pinedo era homem da elite e havia ocupado o cargo de Ministro da Fazenda durante a presidência de Agustin P. Justo (1932-1938). Nessa gestão, tinha criado o Banco Central e as *Junta Nacional de Carnes* e *Junta Nacional de Granos*, para regular a produção do setor primário, após a Crise de 1929. Tinha, também, fixado taxas alfandegárias para controlar o impacto do setor externo na economia doméstica e evitar os prejuízos do setor industrial. A UIA, a seu lado, considerara satisfatória a gestão de Pinedo.

Em 1940, a segunda intervenção de Pinedo na política nacional deu-se através do chamado “*Plan Pinedo*”, que representa o primeiro documento de Estado a considerar a possibilidade de modificação do modelo econômico tradicional, baseado na exploração rural para incorporar metas industriais, embora tais metas fossem restritas à indústria de transformação dos produtos da agricultura pampeana.

Pinedo, na época, percebera claramente as mudanças da economia internacional e a nova influência dos capitais norte-americanos na Argentina e recomendava uma certa expansão da indústria sem, contudo, ferir os interesses da oligarquia. Seu programa declarava a necessidade de se estender o apoio estatal para esses setores da indústria, com a finalidade de propiciar o aumento do volume de exportações e a diversificação do mercado externo. O programa definiu como “*indústria natural*” toda a empresa elaboradora de matérias-primas nacionais, como milho, leite, carne, lã, algodão, madeira, zinco, cimento e

cal, dentre as principais. Ainda que as atividades favorecidas pelo plano estivessem sujeitas a critérios que não escapavam aos interesses oligárquicos, o Senado, com sua maioria conservadora, introduziu severas modificações, que não só desvirtuaram o propósito original de Pinedo, mas que passaram a beneficiar, mais uma vez, os produtores de cereais e carnes.

Como o “*Plan Pinedo*” foi rejeitado pela bancada conservadora, refratária à indústria, pensou-se que essa seria a evidência do confronto interior à classe dominante e mesmo da sua irresolúvel ruptura interna. No entanto, essa ruptura evidencia, segundo Peña, os atritos dentro da mesma classe dominante, compelida a defender seus interesses setoriais, mas nem por isso despreocupada com a preservação de sua dominação, conflituada que estava pela desintegração do comércio mundial e pelo entrave entre dois capitais externos que tencionavam a economia argentina: o inglês e o norte-americano.

Aceitar a indústria, certamente, não foi, para a oligarquia, um fim *per se*, mas uma condição para manter sua hegemonia. A diferença entre uma orientação em que prevalece o interesse particular dos “*teratenentes*” e outra que, conscientemente, integra os interesses dos industriais indica em que medida os setores proprietários se unificam, como classe dominante, frente a essa conjuntura histórica.

Como não há uma ruptura precisa entre as elites de diferente base econômica, nem tampouco uma adesão ampla no interior da classe dominante, os ensaios sociológicos e históricos têm se empenhado em mostrar distintas configurações de alianças entre frações de classe. As análises se multiplicam, informam sobre vários aspectos do problema, distinguem-se os setores em confronto e as identidades de interesses, mostra-se a oposição entre nacionalismo e liberalismo, explica-se o movimento pendular de alianças políticas.

Dentre tais análises, a de O’Donnell – sobre o “*movimento pendular*” que experimentam as alianças políticas na Argentina –, indica como, de um lado, a oligarquia e a parte os setores mais ricos da burguesia industrial têm poder e recursos financeiros diferenciais, que lhe permitem consolidar seus interesses e, de outro, como o conjunto dos setores não monopolizados da burguesia nacional e os pequenos proprietários rurais junto à classe trabalhadora formam um bloco discriminado do primeiro. Esses dois blocos permitem que o capital internacional possa implementar tipos alternativos de aliança: um conservador e outro popular. Assim, nesse jogo, que tem num extremo do pêndulo a posição liberal da elite oligárquica e industrial e, no outro, a popular, se movimenta a política argentina do século XX (O’DONNELL, 1977).

⁵ Sobre o “*Plan Pinedo*” ver: Informe Armour, *Desarrollo Económico* e LLACH, J.J. El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo, *Desarrollo Económico*. Sobre a década de 30 na Argentina ver: ROMERO, J.L. *Breve historia de la Argentina*.

A possibilidade de que o projeto industrial tenha sido, em todo caso, um projeto da classe dominante, mais do que exclusivamente de um único setor, define a linha interpretativa de Murmis & Portantiero – aprofundando a explicação dos mecanismos de aliança – e de Peña – insistindo na unidade da classe dominante argentina.

Murmis & Portantiero aderem à tese da unidade da classe dominante. Tomam o problema como “fusão de interesses” no interior de uma classe, reelaborando minuciosamente a tese de Peña com um arsenal (inovador para época) de categorias gramscianas. Assim, explicam as articulações das alianças internas, identificam os setores hegemônicos e os subalternos. As condições do desenvolvimento argentino, a partir da década de 30, possibilitaram o controle desse processo político aos “*hacendados*” ou “*estancieros*” mais diretamente ligados ao capital inglês, de modo que, se o bloco de poder pode ser definido, em função da articulação de interesses, como uma aliança de classes com hegemonia oligárquica, foi essa hegemonia que possibilitou o grau de avanço da indústria na Argentina.

Unicamente na década de 40, sobretudo na segunda metade, essa relação de unidade entre oligarquia e monopólios da indústria, sob a hegemonia dos *hacendados*, virá a ser alterada com a clivagem produzida no interior do setor industrial, e mediante a mobilização dos setores populares e o fortalecimento do Estado. Nesse momento é que se abre a possibilidade para o movimento peronista, segundo Murmis & Portantiero.

A diferença com Peña é, em princípio, de ênfase. Ele insiste na unidade da classe dominante, que se realiza por cima dos interesses de cada setor. A década de 30, para o autor, não foi, em consequência, um momento de “refluxo” ou regressão forçado pelos conservadores, senão a “transição” de uma classe limitada pela oligarquia e sua base rural, para uma classe que teria reunido nas suas mãos o controle da economia – agricultura, indústria, comércio e finanças – em estreito vínculo com o capital estrangeiro.

Nesse sentido, segundo Peña, a década que antecedeu Perón significou um processo complexo e demorado de ampliação do núcleo oligárquico, para combinar o desenvolvimento industrial com a base agrícola predominante na Argentina desde o século XIX (PEÑA, 1964).

Peña impugnou o núcleo da concepção historiográfica baseada na oposição intraclasse dominante já em 1964. Entende ele que, nesse caso histórico, os opostos não conseguiram dar conta do complexo processo que estava em jogo desde 1930 na Argentina. Por trás do que aparece como uma visível restauração conservadora que caracterizou a década de 30 na Argentina, e que foi

qualificada como “*década infame*”, devido ao continuísmo da corrupção política, operou-se, na verdade, uma profunda recomposição: os setores populares foram impotentes para empreender qualquer alternativa diante da crise oligárquica, porém a elite oligárquica começou a desenhar uma política de transição, baseada numa fusão virtual de interesses e de orientações entre os setores *terratinentes* e industriais.

Há também outros pontos que diferenciam Peña de Murmis & Portantiero. A industrialização, no caso de Peña, vai além da categorização como estágio do processo de substituição de importações, tal como ainda é considerada pelos autores de *Estudio sobre los orígenes del peronismo*. Para Peña, a industrialização dos anos 30 e 40 é apenas uma “pseudo-industrialização”. A idéia é que, nesses anos, a indústria cresceu, sem modificar as velhas relações de classe e de propriedade, não alterando a composição técnica do capital, não desenvolvendo a indústria de base, nem as fontes de energia, nem os meios de transporte (PEÑA, 1974). Processos similares na América Latina foram qualificados como “semi-industrialização”.

Longe de motivar o conflito intraclasse, na Crise de 30, a burguesia argentina modificou seus interesses, advertindo sobre as necessidades do setor da indústria e protegendo-a quando necessário. Simultaneamente à análise da indústria, Peña enfatiza a debilidade estrutural dos industriais que careciam de um projeto autônomo de desenvolvimento, na medida em que as decisões continuaram a ficar, como de praxe, com a oligarquia e o capital internacional.

En realidad, nunca hubo entre estos sectores neta diferenciación ni conflictos agudos, porque la burguesía industrial surgió de la burguesía terrateniente, y la capitalización de la renta agraria y la territorialización de la ganancia industrial borran continuamente los imprecisos límites que las separan. Además, terratenientes e industriales estaban íntimamente vinculados al capital extranjero, y todos se hallaban unidos por el común antagonismo contra la clase trabajadora. (PEÑA, 1973, p.43)

O golpe de 4 de junho de 1943, que empossou Ramirez, veio manter e defender os interesses pró-britânicos, fazendo com que a Argentina continuasse trabalhando para garantir a renda fundiária e resgatar a dívida externa, conforme desejava o governo inglês. As exportações continuaram indo para a Inglaterra, com créditos sem juros e preços fixados pelos ingleses. “*Las grandes empresas (...) reinvertían sus ganancias y aumentaban sus capitales, acentuándose así la concentración del capital y la participación del capital extranjero en la industria nacional*” (PEÑA, 1964, p. 63).

Quanto a esse jogo triangular, estabelecido pelas relações políticas, econômicas e financeiras entre Inglaterra, EUA e Argentina, o golpe liderado pelos militares do GOU, em junho de 1943, para Peña, significou frustrar a mudança de metrópole da Inglaterra para os EUA favorecendo, assim, o governo inglês. Isso porque tanto o triunfo do candidato do partido conservador, que defendia os setores que não pertenciam ao eixo britânico, como o candidato da *Unión Cívica Radical* (UCR), dos setores médios da burguesia industrial e rural, teriam conduzido ao alinhamento com os EUA.

O governo britânico e os investidores ingleses apoiaram fortemente o governo militar e, pouco depois, a candidatura do então coronel Perón. Peña entende que os setores militares nacionalistas, que impulsionaram o golpe de 1943, e o primeiro governo peronista se apoiavam nos interesses dos “estancieros” de Buenos Aires, que tinham toda a intenção de frustrar o projeto de mudança de metrópole dos setores ligados à indústria. Assim, impedindo a mudança para os EUA, se manteve o *status quo* que beneficiou os interesses britânicos tradicionais.

Tarcus, em seu trabalho sobre *Silvio Frondizi e Milcíades Peña*, observa que, na medida em que a maioria das interpretações buscam entender o peronismo a partir da diferenciação e do conflito entre burguesia industrial e oligarquia, a tese de Peña minimiza a clivagem e coloca em questão a própria existência de uma burguesia nacional, autônoma e realmente enfrentada à oligarquia.⁶

A “pseudo-industrialização” que é, sobretudo, um projeto que não fere os interesses de ambos os setores, o apoio de Perón à relação com a Inglaterra, a imprecisão dos atritos no interior da classe dominante, necessários para postular a oposição oligarquia e burguesia industrial são aspectos que levam Peña a manter a defesa da idéia de unidade da classe dominante, posição de notável inspiração, mas que não o deixará livre das mais acirradas críticas dos próprios setores da esquerda.⁷

Peña, contudo, questiona a existência de uma burguesia portadora de um projeto de industrialização que teria sido suporte social de Perón. Adverte, porém, sobre a existência material de pequenos e médios empresários industriais

que produzem para o mercado interno, mas que não são claros e definidos portadores de um projeto político e econômico; ao contrário, são suporte das elites que os comandam.⁸

Para explicar o peronismo segundo essa visão, Peña toma o conceito de *bonapartismo*, cunhado por Marx. O peronismo, como expressão de uma conjuntura histórica de embate entre classes: a dominante e a classe trabalhadora; embate entre imperialismos: o decadente inglês e o emergente norte-americano; e de embate entre setores: o agrário e o industrial.⁹ Assim diz Peña:

El régimen surgido de este golpe de estado configuraba un gobierno bonapartista: no representaba a ninguna clase, grupo de clase o imperialismo, pero extraía su fuerza de los conflictos entre diversas clases e imperialismos. Su apoyo directo lo hallaba en las fuerzas del orden: ejército, policía, burocracia, clero. La corrupción de los partidos políticos burgueses – y la indiferencia y el hartazgo de las masas ante la política – sugirieron en los cuarteles la conveniencia de descargar por completo a la burguesía argentina del cuidado de gobernarse a sí misma. (PARERA DENIS, 1964, p. 65)

E prossegue:

Ante la creciente presión conjunta de Estados Unidos, de la burguesía argentina y de activas capas de la pequeña burguesía, el gobierno bonapartista no podía mantenerse mucho tiempo con el solo apoyo directo del ejército, la policía, la iglesia y la burocracia, y el imperialismo inglés como único respaldo. Necesitaba una fuerza fundamental, una clase de la sociedad argentina. Y la halló en los obreros industriales y rurales, y a través de ellos, en las masas trabajadoras y pobres en general. (1964, p.65)

Pronto la burguesía acusó a Perón de “agitar artificialmente la lucha de clases” e incitar a los obreros en su contra, pero la acusación carecía de sentido. En realidad, Perón hizo abortar, canalizando por vía estatal, las demandas obreras, el ascenso combativo del proletariado argentino, que se hubiera

⁶ Tarcus faz uma análise da tese de Peña no que diz respeito a posições e autores da historiografia e da sociologia argentina. TARCUS, H. *El marxismo olvidado en la Argentina*.

⁷ COGGIOLA, Osvaldo. *El trotskismo en la Argentina (1960/1985)*; DE IPOLA, Emilio. El peronismo y sus espejos, *Investigaciones Políticas*; PUIGGRÓS, R. *El Proletariado en la Revolución Nacional*; RAMOS, J.A. *La lucha por un Partido Revolucionario*; CODOVILLA, V. *El significado del giro a la izquierda del peronismo*, dentre outros. Ver (TARCUS, H. 1996, p 288, passim).

⁸ Muitos investigadores trabalharam na linha da tese de Peña; dentre eles: CIRIA, Alberto. *Perón y el Justicialismo*; DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y Peronismo; los comienzos de un vínculo perdurable*; SCHVARZER, Jorge. *Empresarios del pasado; la Unión Industrial Argentina*; VIÑAS, Ismael. Examen de la burguesía argentina, *Discusión*; KOROL, Juan Carlos e SÁBATO, Hilda. *La industrialización trunca: una obsesión argentina*. Ver TARCUS, H. Op cit., p. 284 e 297, passim.

⁹ A mesma interpretação foi dada também no Brasil. Ver, dentre outros, WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*.

producido probablemente al término de la guerra [...]. El bonapartismo del gobierno militar preservó, pues, al orden burgués, alejando a la clase obrera de la lucha autónoma, privándola de conciencia de clase, sumergiéndola en la ideología del acatamiento a la propiedad privada capitalista. (1964, p.66)

Conclusão

Tanto Yrigoyen quanto Perón – o primeiro, na luta pelo sufrágio universal e pela incorporação da classe média à política; o segundo, conquistando e oficializando o peso social da classe trabalhadora –, não buscaram destruir a oligarquia, senão fortalecê-la. Criaram uma base de sustentação popular para neutralizar o predomínio internacional do capitalismo. Entretanto, se, com isso, não conseguiram enfraquecer o poder internacional, a experiência política do povo não se limitou apenas aos objetivos impostos de cima. Mesmo com ditaduras e governos apócrifos, houve, no século XX da Argentina, uma tensão permanente entre governo e setores populares, entre dirigentes e massas, entre organização do movimento e suas bases sociais, o que trouxe importantes conseqüências para a vida política argentina.

Assim, o peronismo ocupa um lugar novo na ideologia e na sociedade argentina, não de natureza revolucionária, no sentido que pode ser dado ao socialismo e comunismo, mas altamente inovador, dado criar um discurso novo, que incorpora novos setores sociais ao universo restrito da política argentina. Não é revolucionário, e, sim, uma forma de acomodação dos antigos setores do poder. Acomodação que implica em dar espaço ao lado popular da sociedade argentina. Não é revolucionário uma vez que consolida a continuidade do capitalismo argentino. Contudo, as elites não o entenderam assim, pelo menos nos primeiros anos depois do seu surgimento. No que diz respeito às massas, estas entenderam o peronismo como uma grande novidade, com a qual encontraram motivos para se identificar.

Perón articula setores militares, da igreja e das empresas nacionais, mas o faz contando com o apoio generalizado dos trabalhadores. O movimento avança num processo de interação dupla: enquanto o peronismo constituía a classe trabalhadora, esta, por sua vez, criava o peronismo.

A experiência não emergiu exclusivamente nas fábricas, mas nas ruas e nas praças públicas. Perón era mestre no discurso dirigido ao povo, qualificação crucial para os líderes na América Latina, uma vez que, muito mais do que

a própria fábrica, a praça pública converteu-se em ponto principal da constituição da classe operária como força política.¹⁰

Os trabalhadores foram também fundadores da imagem e do universo discursivo de Perón, no qual a toda hora se criam e se recuperam sentimentos populares e antigas latências.¹¹ O peronismo, nesse sentido, tornou-se, como muitos outros projetos sociais, uma forma de luta baseada na defesa dos trabalhadores, mas que abraçou, à diferença de todos, a cultura popular tal como se encontrava (desprezada pela direita e pela esquerda), e a transformou no objeto máximo dos interesses nacionais.

Não é por acaso que, na década de 70, quando o peronismo e Perón voltaram oficial e legalmente à cena política, após, depois de dezoito anos de proscrição, encontramos um movimento que reúne em torno de Perón um quadro de militantes, de tendências diversificadas que inclui: desenvolvimentismo e guerrilha revolucionária, peronistas da primeira e da última hora, traidores e leais a Perón, direita e esquerda (considerando-se, nesta última, ex-socialistas e comunistas, socialistas–nacionalistas e católicos–revolucionários).

De fato, a vida política argentina nunca foi resolvida. Perón, fiel da balança entre capital e trabalho, teve que *cavalgar num tigre*¹² para conseguir manter seu lugar de líder da Argentina industrializada e sindicalizada.

Referências

- AZPIAZU, D. B. E. , et al. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80**. Buenos Aires: Legasa, 1986.
- BILSKY, E. **Contribution à l'histoire du mouvement ouvrier argentin**. Paris: [S.n.], 1989.
- CIRIA, A. **Perón y el justicialismo**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971.
- CODOVILLA, V. **El significado del giro a la izquierda del peronismo**. Buenos Aires: Ateneo, 1962.
- DE IPOLA, E. El peronismo y sus espejos. **Investigaciones Políticas**, Buenos Aires, v.1, 1989.
- ¹⁰ SIGAL, S. & TORRE, J.C. Reflexiones en torno a los movimientos laborales en América Latina, p. 145; e HOBBSAWM, E. A formação da cultura na classe operária britânica, 1987.
- ¹¹ Edgardo J. Bilski, pesquisador argentino, compilou grande parte do material publicado pelos grupos da esquerda peronista nos anos 60 e 70. Sua tese: os mitos do peronismo foram resultado de um processo de mão dupla entre os trabalhadores e Perón. BILSKY, Edgardo. *Contribution à l'histoire du mouvement ouvrier argentin*.
- ¹² A expressão é de James. O autor a usa para indicar a difícil situação de Perón de ter que administrar, de um lado, as pressões da elite e, de outro, as da classe trabalhadora. JAMES, D. *Resistencia e Integración*.

- DEL CAMPO, H. **Sindicalismo y peronismo**: los comienzos de un vínculo perdurable. Buenos Aires: Clacso, 1983.
- DI TELLA, G. ; ZYMELMAN, M. **Las etapas del desarrollo económico argentino**. Buenos Aires: Eudeba, [1967?].
- DIAZ ALEJANDRO, C. **Ensayos sobre la historia económica argentina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- DORFMAN, A. **50 años de industrialización en la Argentina**: 1930-1980. Buenos Aires: Solar, 1983.
- FERRER, A. **La economía argentina**. México, DF: FCE, 1963.
- FUCHS, J. **Argentina**: su desarrollo capitalista. Buenos Aires: [S.n.], 1965.
- GILLESPIE, R. **Soldados de Perón**: los montoneros. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.
- HOBSBAWM, E. A formação da cultura na classe operária britânica. In: _____. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.251-73.
- INFORME Armour. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.85, n.22, p.118-49, 1982.
- JAMES, D. **Resistencia e integración**: el peronismo y la clase trabajadora argentina 1946-1976. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.
- KOROL, J.C. ; SÁBATO, H. **La industrialización trunca**: una obsesión argentina. Buenos Aires: PEHESA, 1988.
- LLACH, J.J. El Plan Pinedo de 1940: su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.92, n.23, p.515-56, 1984.
- MURMIS, M. ; PORTANTIERO, J.C. **Estudio sobre los orígenes del peronismo**. 5.ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1987.
- O'DONNELL, G. Estado y alianzas en la Argentina: 1956-1976. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 64, n.16, p.523-54, 1977.
- PARERA DENIS, A. El gobierno bonapartista de los estancieros y el imperialismo inglés: junio de 1943-1946. **Fichas de Investigación Económica y Social**, Buenos Aires, v.1, n.3, p.61-9, 1964.
- PEÑA, M. Evolución industrial y la clase empresaria argentina. **Fichas de Investigación Económica y Social**, Buenos Aires, v.1, n.1, 1964.
- _____. La clase obrera argentina: el gobierno bonapartista de los estancieros y el imperialismo inglés junho 1943-1946. **Fichas de Investigación Económica y Social**, Buenos Aires, v.1, n.3, 1964.
- _____. Masas, caudillos y élites. **Fichas de Investigación Económica y Social**, Buenos Aires, 1973.

- PEÑA, M. La clase dirigente argentina frente al imperialismo. **Fichas de Investigación Económica y Social**, Buenos Aires, 1974.
- PUIGGRÓS, R. **El proletariado en la revolución nacional**. Buenos Aires: Trafac, 1958.
- RAMOS, J. A. **Revolución y contrarrevolución en la Argentina**. Buenos Aires: [S.n.], 1961.
- _____. **La lucha por un partido revolucionario**. Buenos Aires: Pampa y Cielo, 1964.
- _____. **Breve historia de las izquierdas en la Argentina**. Buenos Aires: Claridad, 1990. v.2.
- ROCK, D. La lucha civil en la Argentina: semana trágica de enero de 1919. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.11, n.42, p.165-215, 1971.
- ROMERO, J. L. **Breve historia de la Argentina**. Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- _____. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: FCE, 1998.
- ROSTOW, W. W. **As etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SCHVARZER, J. **Empresarios del pasado**: la Unión Industrial Argentina. Buenos Aires: CISEA, 1991.
- SIGAL, S. ; TORRE, J.C. Reflexiones en torno a los movimientos laborales en América Latina. In: KATZMAN, R. ; REYNA, J. L. (Comp.). **Fuerza de trabajo y movimientos laborales en América Latina**. México, DF: [S.n.], 1969.
- TARCUS, H. **El marxismo olvidado en la Argentina**: Silvio Frondizi y Milciades Peña. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1996.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massas. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VIÑAS, I. Examen de la burguesía argentina. **Discusión**, Buenos Aires, set., p.1-15, 1963.
- WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____ *** _____
- RESUMO: O trabalho discute, o papel do peronismo e os problemas políticos-ideológicos que ele coloca para a esquerda argentina. Busca, também, apresentar os principais elementos para uma análise da esquerda frente ao fenômeno do peronismo.
- PALAVRAS-CHAVE: Peronismo; esquerda; trabalhadores; movimentos sociais; classes sociais; capitalismo; política.

ABSTRACT: This paper presents the role of Peronism and the ideological political problems to be confronted by the Argentinian leftists. It also presents the most important elements for the leftists to analyse the phenomenon of Peronism.

KEYWORDS: Peronism; left; workers; social movements; social classes; capitalism; politics.